

V ENCONTRO AMAZÔNICO SOBRE MULHERES E
GÊNEROS – GEPEM
19 a 21 de novembro de 2019
Universidade Federal do Pará (UFPA)

AT5: Gênero, Saúde e Violência

**A REPRESENTATIVIDADE NEGRA COMO CONSTRUÇÃO
DE IDENTIDADE: UMA ANÁLISE DO CONTO *LUMBIÁ*, DE
CONCEIÇÃO EVARISTO**

Cristiane de Jesus Cordeiro Campelo (FIBRA)
Jorge Haber Resque (FIBRA)

A REPRESENTATIVIDADE NEGRA COMO CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE: UMA ANÁLISE DO CONTO *LUMBIÁ*, DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Cristiane de Jesus Cordeiro Campelo¹

Jorge Haber Resque²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a representatividade negra como construção de identidade a partir da leitura do conto *Lumbiá*, do livro *Olhos d'Água* (2016), da escritora mineira Conceição Evaristo. Os procedimentos metodológicos estão pautados, primeiramente, na leitura de textos referentes à temática do negro para, em seguida, fazer uma análise discursiva do conto. E, como suporte teórico para a realização deste trabalho, tomou-se os estudos de Hall (1999; 2003; 2016), Munanga (2009), Moreira (2019), Souza (1983), Gonzalez e Hasenbalg (1982), Mbembe (2014) e M'Bow (2010), além da Lei 10.639/2003 que obriga as escolas públicas e privadas a adotarem o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos seus currículos. Desta forma, este trabalho pretende comprovar que a representatividade negra nos espaços públicos e privados é fundamental para a construção de sua identidade enquanto sujeito na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Representatividade negra. Construção de Identidade. Conceição Evaristo. *Lumbiá*.

ABSTRACT

This research aims to analyze black representativeness as identity construction through the reading of *Lumbiá*, a short story present in the book *Olhos d'água* (2016), writer by the Brazilian writer Conceição Evaristo, born in Minas Gerais. The methodological procedures are first based on the reading of texts which refer to black people's contents to, then, produce a critical discourse analysis about the story. As theoretical basis, the following analysis took not only the studies of Hall (1999; 2003; 2016), Munanga (2009), Moreira (2019), Souza (1983), Gonzalez and Hasenbalg (1982), Mbembe (2014) and, finally, M'Bow (2010), but also law nº 10.639/2003, which compels public and private schools to adopt African and African Brazilian History and Culture into the school curriculum. Therefore, this paper intends to attest that the black representativity on public and private places is fundamental to identity construction of oneself in society.

KEYWORDS: Black representativity. Identity construction. Conceição Evaristo. *Lumbiá*.

Introdução

¹ Pós-graduanda em Ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia – FIBRA.

² Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia – UNAMA e professor do curso de Letras da Faculdade Integrada Brasil Amazônia – FIBRA.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a maioria da população brasileira se autodeclara negra, entretanto, não há presença maciça dessas pessoas ocupando as estruturas de poder. Por que isso acontece? Por que ao ligarmos a televisão, ao folhearmos livros e revistas nota-se esta ausência? Ou quando aparecem, em sua maioria, tem a imagem estereotipada e estigmatizada? Quais são as explicações? Quais são as justificativas? O que levou a população negra a esse destino? Estas são algumas inquietações que norteiam esta pesquisa. As respostas a respeito destes questionamentos encontram-se no passado. Por isso, foi necessário visitar o passado histórico do Brasil e do continente africano com a finalidade de identificarmos fatos que contribuíram para a construção da imagem do negro como ser inferior, sem cultura e sem história. E, como exemplo, podemos citar a colonização, a escravidão e as teorias racistas postuladas pelos pensadores do século XVIII.

Para tanto, recorreu-se aos conceitos de Raça postulados pelos autores Stuart Hall (2003), Achille Mbembe (2014), Adilson Moreira (2019) e Frantz Fanon (2014); História da África, com Mahtar M'Bow (2010); História do negro no Brasil, com Albuquerque e Filho (2006), Del Priore e Venancio (2010) e Neuza Souza (1983); Identidade e negritude, com Kabengele Munanga (2009) e Stuart Hall (1999); Movimentos negros, com Domingues (2016) e Gonzalez e Hasenbalg (1982); e a Lei nº 10.639/2003, que obriga as escolas públicas e particulares a incluírem nos seus currículos o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. E, a partir deste repertório teórico, iremos analisar a importância da representatividade negra como construção de identidade no conto *Lumbiá*, que faz parte do livro *Olhos d'Água* (2016), da escritora negra Conceição Evaristo.

A representação do negro no contexto da colonização

Primeiramente, faz-se necessário apontar alguns conceitos sobre raça para que possamos nos situar de como determinadas sociedades subjugaram outras.

Stuart Hall (2003, p. 69) conceitua raça como uma categoria não científica. Segundo o referido autor, “Raça é uma construção política e social. É uma categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo”. Neste sentido, o racismo, como prática discursiva, possui uma lógica própria. Ou seja, “tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, a natureza”. Segundo o autor, essa “referência discursiva à natureza é algo que o negro compartilha com o anti-semitismo e com o sexismo (em que também a biologia é o destino), porém, menos com a questão de classe”. Para Hall, o problema é que o nível genético não é imediatamente visível. Então,

nesse tipo de discurso, as diferenças genéticas (supostamente escondidas nos genes) são “materializadas” e podem ser “lidas” nos significantes corporais visíveis e facilmente reconhecíveis, tais como cor de pele, as características físicas do cabelo, as feições do rosto, o tipo físico, entre outros (HALL, 2003, p. 70).

Achille Mbembe (2014) pontua que se aprofundarmos a questão, a raça “será um complexo perverso, gerador de medos e de tormentos, de problemas do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes”. Para Mbembe, a raça não existe enquanto fato natural físico, antropológico ou genético. Portanto, neste caso, a raça não passa de uma ficção útil, de uma construção fantasista ou de uma projeção ideológica cuja função é desviar a atenção de conflitos antigamente entendidos como mais verossímeis (MBEMBE, 2014, p. 25).

Adilson Moreira (2019) conceitua raça como uma representação cultural que estrutura relações de poder dentro de uma sociedade. Segundo o autor, “ela pode ser utilizada para a legitimação de normas legais que tratam indivíduos de forma arbitrária”, ou ela “pode permanecer invisível em sociedades nas quais privilégios raciais sistemáticos tornam a discriminação direta uma forma obsoleta de manutenção de hierarquias entre negros e brancos”. Para o referido autor:

Aqueles grupos que possuem poder político e econômico criam sentidos culturais que os permitem atribuir valores a certos traços a partir dos quais identidades e lugares sociais são instituídos. Portanto, o conceito de raça é produto de um processo de atribuição de significados que expressa o poder de grupos majoritários de construir sentidos que corroboram relações raciais hierárquicas. Por ser uma construção cultural, a raça pertence ao mundo simbólico, expressando sentidos que são criados com o propósito específico da dominação. [...] Assim, o processo de racialização de grupos humanos é um exercício de poder que proporciona os instrumentos para a dominação de certas populações, pois elas são criadas como diferentes e inferiores. (MOREIRA, 2019, p. 44-45)

Contra essa relação de poder e dominação apontada por Moreira, Frantz Fanon, um renomado estudioso sobre a questão racial, entende que raça é também o nome que deve dar-se ao ressentimento amargo, ao irrepreensível desejo de vingança, isto é, a raiva daqueles que lutaram contra a sujeição e foram, não raramente, obrigados a sofrer um sem-fim de injúrias, todos os tipos de violações e de humilhações e inúmeras ofensas (*apud* MBEMBE, 2014, p. 26).

A partir desses conceitos apontados por autores como Hall, Mbembe, Moreira e Fanon podemos construir um entendimento de como a Europa justificou suas conquistas territoriais com base na invenção da superioridade racial. Cabe ressaltar, que as descobertas de Gregor Mendel na genética, a obra de Charles Darwin, *A origem das*

espécies, e uma série de novos conhecimentos científicos foi aproveitada para sustentar as premissas da supremacia branca (MOORE, 2016, p. 63 – grifo nosso).

De acordo com Mbembe (2014, p. 26-28):

Na sua ávida necessidade de mitos destinados a fundamentar o seu poder, o hemisfério ocidental considerava-se o centro do globo, o país natal da nação, da vida universal e da verdade da Humanidade. Sendo o bairro mais civilizado do mundo, só o Ocidente inventou um “direito de gentes”. Só ele conseguiu edificar uma sociedade civil das nações compreendida como espaço público de reciprocidade do direito. Só ele deu origem a uma ideia de ser humano com direitos civis e políticos, permitindo-lhe desenvolver os seus poderes privados e públicos como pessoa, como cidadão que pertence ao gênero humano e, enquanto tal, preocupado com tudo o que é humano. Só ele codificou um rol de costumes, aceitos por diferentes povos, que abrangem os rituais diplomáticos, as leis da guerra, os direitos de conquista, a moral pública e as boas maneiras, as técnicas do comércio, da religião e do governo. (MBEMBE, 2014, p. 26-27)

Neste sentido, podemos compreender como o processo de colonização europeia apagou e silenciou a história e a cultura do continente africano. Segundo o pesquisador MahtarM’Bow (2010), durante muito tempo, mitos e preconceitos de toda espécie esconderam do mundo a real história da África. Para o autor, as sociedades africanas passavam por sociedades que não podiam ter história. Mesmo com pesquisas efetuadas nas primeiras décadas do século XX, muitos especialistas de origem não africana, sustentavam essa ideia com a justificativa de que por falta de fontes e documentos escritos tais sociedades não podiam ser objeto de estudo científico. O autor aponta que durante a escrita da história da África, recorria-se somente a fontes externas, ou seja, tomava-se como referência o passado da Europa, não o percurso dos povos africanos, seus modos de produção, suas instituições políticas ou suas relações sociais. Segundo o autor, outro fenômeno que contribuiu negativamente para a história da África foi o aparecimento de estereótipos raciais devido à colonização e o tráfico negro:

Um outro fenômeno que grandes danos causou ao estudo do passado africano foi o aparecimento, com o tráfico negro e a colonização, de estereótipos raciais criadores de desprezo e incompreensão, tão profundamente consolidados que corromperam inclusive os próprios conceitos de historiografia. Desde que foram empregadas as noções de “brancos” e “negros”, para nomear genericamente os colonizadores, considerados superiores, e os colonizados, os africanos foram levados a lutar contra uma dupla servidão, econômica e psicológica. Marcado pela pigmentação de sua pele, transformado em uma mercadoria entre outras, e destinado ao trabalho forçado, o africano veio a simbolizar, na consciência de seus dominadores, uma essência racial imaginária e ilusoriamente inferior: a de *negro*. Este processo de falsa identificação depreciou a história dos povos africanos no espírito de muitos, rebaixando-a a uma etno-história, em cuja apreciação das realidades históricas e culturais não podia ser senão falseada. (M’BOW, 2010, p. 21-22 – grifo do autor)

A partir do que foi exposto por M'Bow, entende-se que a noção de raça permite que as outras sociedades não europeias sejam vistas como inferiores. Neste caso, o africano devido à pigmentação de sua pele, característica visível, perde sua humanização ao ser transformado à categoria de mercadoria. Para Burns (*apud* FANON, 2008, p. 110), “o preconceito de cor nada mais é do que a raiva irracional de uma raça por outra, o desprezo dos povos fortes e ricos por aqueles que eles consideram inferiores” e “como a cor é o sinal exterior mais visível da raça, ela tornou-se o critério pelo qual os homens são julgados”. Sob essa perspectiva, MBembe (2014, p. 38), aponta que “uma vez identificados e classificados os gêneros, as espécies e as raças, nada resta senão indicar através de que diferenças eles se distinguem uns dos outros”. Neste sentido, no pensamento ocidental, o Negro

É representado como protótipo de uma figura pré-humana incapaz de superar sua animalidade [...] O Negro não existe, no entanto, enquanto tal. É constantemente produzido. Produzir o Negro é produzir um vínculo social de submissão e um corpo de exploração, isto é, um corpo inteiramente exposto à vontade de um senhor. [...] Mercê de trabalhar à corveia, o Negro é também nome de injúria, o símbolo do homem que enfrenta o chicote e o sofrimento num campo de batalha em que se opõem grupos e facções sociorracialmente segmentadas. (MBEMBE, 2014, p. 39-40)

Segundo MBembe, o termo Negro aparece no início do século XVI em um texto em língua francesa. A partir do século XVIII, com a expansão do tráfico negreiro, o uso deste termo tornou-se mais recorrente. No pensamento ocidental, o Negro – ou seja, as pessoas de origem africana – foi definido como um ser humano vivo e com formas bizarras, queimado pela irradiação do fogo celeste, dotado de uma petulância excessiva, dominado pela alegria e abandonado pela inteligência. O Negro era, antes de tudo, o resto, um corpo, um membro, órgãos, uma cor, um odor, carne humana e carne animal, um conjunto inaudito de sensações (MBEMBE, 2014, p. 76). De acordo com Munanga (2009):

Na simbologia de cores da civilização europeia, a cor preta representa uma mancha moral e física, a morte e a corrupção, enquanto a branca remete à vida e à pureza. Nessa ordem de ideias, a Igreja católica fez do preto a representação do pecado e da maldição divina. Por isso, nas colônias ocidentais da África, mostrou-se sempre Deus como um branco velho de barba, e o Diabo um moleque preto com chifres e rabinho. (MUNANGA, 2009, p. 29)

A partir dessa concepção de raça inferior categorizada pelo pensamento ocidental, e distante do continente africano devido aos diversos tipos de diásporas como, por exemplo, a escravidão, o negro teve como desafio a sua sobrevivência em terras desconhecidas. De acordo com Albuquerque e Filho (2006), após uma longa travessia atlântica e do desembarque nos portos das grandes cidades do Brasil, o negro africano teria que conviver com o trauma do desenraizamento das terras dos ancestrais e com a falta de amigos e

parentes que deixaram na África. E, viver sob a escravidão significava submeter-se à condição de propriedade e passíveis de serem leiloados, vendidos, comprados, permutados por outras mercadorias, doados e legados. Sob o domínio de seus senhores trabalhariam de sol a sol nos mais diversos tipos de ocupações (ALBUQUERQUE E FILHO, 2006, p. 65).

A (in)expressiva presença de negros no Brasil

Vindos de diversas regiões da África, estima-se que o número de africanos escravizados e forçados a migrar para o “Novo Mundo” varia de doze a cem milhões de pessoas (CHRISTIAN, 2009, p. 149). Entre 1575 e 1591 foram embarcados da região de Angola mais de 52 mil africanos para o Brasil (ALBUQUERQUE E FILHO, 2006, p. 33). Entre 1821 e 1830 chegaram anualmente 43 mil africanos em portos brasileiros e, até 1850 – ano da proibição do tráfico negreiro – cerca de 37 mil escravos negros por ano (DEL PRIORE E VENANCIO, 2010, p.131)

Segundo Albuquerque e Filho (2006) por mais de trezentos anos a maior parte da riqueza produzida e consumida no Brasil, ou exportada para outros locais, foi resultado da exploração do trabalho escravo. As atividades desempenhadas pelas mãos escravas foram diversas: extração de ouro e diamantes das minas, plantação e colheita de cana, café, cacau, algodão e outros produtos tropicais de exportação. Além disso, os escravos trabalhavam na agricultura de subsistência, na criação de gado, na produção de charque, nos ofícios manuais e nos serviços domésticos. Nas cidades desempenhavam trabalhos como transporte de objetos e pessoas e constituíam a mão de obra mais numerosa empregada na construção de casas, pontes, fábricas, estradas e diversos serviços urbanos. Além destes, distribuíam alimentos, eram vendedores ambulantes e quitandeiros (ALBUQUERQUE E FILHO, 2006, p. 65).

Quanto à libertação dos negros, o Brasil foi o último país a abolir a escravidão. E isso aconteceu sob forte pressão da Inglaterra e de movimentos internos. Além da rebeldia dos escravos como fugas, envenenamentos, quilombos e revoltas, Del Priore e Venancio destacam três grupos que contribuíram para a extinção da escravatura:

Os emancipacionistas, partidários da extinção lenta e gradual da escravidão; os abolicionistas, que propunham a libertação imediata dos escravizados; e por fim, como seria de esperar, os escravistas, defensores do sistema ou, pelo menos, da indenização dos proprietários caso a abolição fosse sancionada. (DEL PRIORE E VENANCIO, 2010, p. 147)

Percebe-se que dos três grupos apenas os abolicionistas lutavam pela libertação imediata dos escravizados. Esse grupo contribuiu para que houvesse uma mobilização popular com o objetivo de alterar a estrutura da sociedade brasileira, como afirmam Del Priore e Venancio (2010, p. 149):

Os abolicionistas também inovaram na forma de organização. Em vez de reuniões secretas, como ocorria na maçonaria, que tanto envolveu os políticos do Império, eles formavam clubes abertos a quem quisesse participar, lançavam jornais, assim como organizavam palestras em teatros e comícios nas ruas. Representavam, por assim dizer, uma nova forma de fazer política, uma forma que fugia às rédeas dos oligarcas e poderosos rurais. Foi por esse movimento que surgiram modernas lideranças negras, como André Rebouças e José do Patrocínio, cuja atuação teve repercussão nacional. Não por acaso, os abolicionistas também foram os primeiros a defender a distribuição de terras entre os ex-escravos e a criação de escola pública para os filhos dos futuros libertos. (DEL PRIORE E VENANCIO, 2010, p. 149)

De acordo com a citação acima, a luta pelo fim da escravidão nos apresenta duas lideranças negras significativas: André Rebouças e José do Patrocínio. As ideias propostas por estes abolicionistas defendiam a distribuição de terras aos ex-escravos com o propósito de que estes se estabelecessem com algo para a própria sobrevivência. E, além disso, a criação de escola pública com o objetivo de inserir os filhos dos futuros libertos no mundo da leitura e da escrita. Isto seria uma espécie de reparação àqueles que tiveram sua mão de obra explorada desde que chegaram ao território brasileiro.

No entanto, vale ressaltar, que a Lei Áurea assinada pela princesa Isabel em 13 de maio de 1888 – sob pressão da Inglaterra e dos diversos movimentos que lutavam pelo fim da escravidão – não beneficiou os negros. Pois, não houve políticas públicas para que essas pessoas fossem incluídas na sociedade. Além disso, os negros teriam outro problema para enfrentar: a cor da pele. Segundo Schwarcz e Starling (2015, p. 145-146), “a cor se tornou um marcador social fundamental”. As “pessoas de cor” sofriam com todo tipo de discriminação, pois sua tonalidade de pele indicava a origem e o passado escravocrata. Desta forma, ao transformar o africano em escravo, a sociedade escravista, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior (SOUZA, 1983, p. 19).

Nessa perspectiva, de acordo com Albuquerque e Filho (2006, p. 68-69) a escravidão:

[...] moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência. A partir dela instituíram-se os lugares que os indivíduos deveriam ocupar na sociedade, quem mandava e quem devia obedecer. Os cativos representavam o grupo mais oprimido da sociedade, pois eram impossibilitados legalmente de firmar contratos, dispor de suas vidas e possuir bens, testemunhar em processos judiciais contra pessoas livres, escolher trabalho e empregador. [...] a escravidão foi montada para a exploração econômica, ou de classe, mas ao mesmo tempo ela criou a opressão racial. (ALBUQUERQUE E FILHO, 2016, p. 68-69)

Sob essa forte pressão, a luta do negro pela sua ascensão na sociedade brasileira opressora tornou-se, simultaneamente, lenta e contínua, como afirma Souza:

Lutando, muitas vezes, contra a maré da dominação, o negro foi, aos poucos, conquistando espaços que o integravam à ordem social competitiva e lhe permitiam classificar-se no sistema vigente de classes sociais. A ascensão surgia, assim, como um projeto cuja realização traria consigo a prova insofismável dessa inserção. [...] E mais: retirando-o da marginalidade social, onde sempre estivera aprisionado, a ascensão social se fazia representar, ideologicamente, para o negro, como instrumento de redenção econômica, social e política, capaz de torná-lo cidadão respeitável, digno de participar da comunidade nacional. (SOUZA, 1983, p. 21)

Percebe-se como a negação da história e da cultura do negro juntamente com o mito da supremacia racial, propagados desde o continente africano durante o período da colonização e da escravidão, interferiu drasticamente na ascensão do negro na sociedade. O negro via apenas o branco como modelo, como pontua Souza (1983):

[...] naquela sociedade, o cidadão era o branco, os serviços respeitáveis eram os “serviços-de-branco”, ser bem tratado era ser tratado como branco. Foi com a disposição básica de ser gente que o negro organizou-se para a ascensão, o que equivale dizer: foi com a principal determinação de assemelhar-se ao branco – ainda que tendo que deixar de ser negro – que o negro buscou, via ascensão social, tornar-se gente. (SOUZA, 1983, p. 21)

A partir de Souza, percebe-se o quanto o processo de ascensão social do negro na sociedade foi cruel, pois ele teria que negar suas origens para tornar-se um cidadão. Neste caso, como aponta Nogueira (*apud* CARNEIRO, 2005, p. 43), “o branco encarna todas as virtudes, a manifestação da razão, do espírito e das ideias: eles são a cultura, a civilização, em uma palavra, a humanidade”.

A luta pela afirmação da identidade negra

Devido à colonização, à escravidão e o mito da supremacia racial impostos pelas sociedades ditas superiores, como foi exposto anteriormente, a imagem do negro na sociedade brasileira tornou-se estereotipada e estigmatizada. Para Frantz Fanon, “a civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial” (FANON, 2008, p. 31). E, a partir do momento que o negro toma consciência disso a luta pela afirmação de sua identidade na sociedade torna-se inevitável.

Munanga (2009, p. 12-13) elenca três fatores que são essenciais para a construção de uma identidade. O primeiro, o *fator histórico*, constitui o cimento cultural que une os elementos diversos de um povo através do sentimento de continuidade histórica vivido pelo conjunto de sua coletividade. Neste fator, o essencial para cada povo é reencontrar o fio

condutor que o liga a seu passado ancestral o mais distante possível. E, por meio da consciência histórica, cada povo faz um esforço para conhecer sua verdadeira história e transmiti-la às futuras gerações. O segundo, o *fator linguístico*, diz respeito à preservação e à criação das diversas formas de linguagem para que a identidade seja mantida. Neste caso, destaca-se a linguagem esotérica nos terreiros religiosos, os estilos de cabelos, os penteados, os estilos musicais, a conservação de estruturas linguísticas, entre outros. O terceiro e último, o *fator psicológico*, entre outros, nos leva a questionar sobre o temperamento do negro em relação ao temperamento do branco como uma marca de identidade.

Munanga (2009) entende que, em última instância:

A identidade de um grupo funciona como uma ideologia na medida em que permite a seus membros se definir em contraposição aos membros de outros grupos para reforçar a solidariedade existente entre eles, visando a conservação do grupo como entidade distinta. Mas pode também haver manipulação da consciência identitária por uma ideologia dominante quando considera a busca da identidade como um desejo separatista. (MUNANGA, 2009, p. 13)

Nesse sentido, para Munanga “o conceito de identidade recobre uma realidade muito mais complexa do que se pensa, englobando fatores históricos, psicológicos, linguísticos, culturais, político-ideológicos e raciais” (MUNANGA, 2009, p. 14). Ainda de acordo com Munanga, a recuperação da identidade negra começa pela aceitação dos atributos físicos de sua negritude, antes de atingir os atributos culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicos, pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade (MUNANGA, 2009, p. 19).

Se partirmos do entendimento de Stuart Hall sobre identidade, quando ele afirma que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*” (HALL, 1999, p. 48 – grifo do autor), podemos nos questionar: quais são as representações do negro no contexto da formação da identidade brasileira? Automaticamente, associa-se à escravidão. Contra essa imagem reduzida do negro, a partir do século XX, surgem no Brasil entidades (ou associações) de negros que tinham como objetivo legitimar sua existência dentro da sociedade diante da legislação. Essas entidades eram o resultado de uma confluência entre o movimento abolicionista, as sociedades de ajuda e da alforria e dos agrupamentos culturais negros (CARDOSO, 1981 *apud* GONZALEZ E HASENBALG, 1983, p. 21).

O (s) Movimento (s) Negro (s) no Brasil

Gonzalez e Hasenbalg (*Idem*, p. 22) apontam que as entidades negras, dependendo da atividade desenvolvida, dividiam-se em *recreativas* (com perspectivas e anseios ideológicos elitizados) ou *culturais de massa* (afoxés, cordões, maracatus, ranchos, blocos e samba). Nos anos de 1931 surge a Frente Negra Brasileira³ (FNB) como o primeiro movimento ideológico pós-abolição e reuniu os dois tipos de entidades. Esse movimento, juntamente com a imprensa negra, tornou-se relevante ao mobilizar milhares de negros contra o sistema opressor.

De acordo com Domingues (2016), a receptividade da população de ascendência africana em relação à Frente Negra Brasileira foi bastante positiva. Nos anos de 1936, por exemplo, noticiava-se que a FNB possuía sessenta delegações distribuídas no interior de São Paulo e em outros estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo). No início, a FNB, localizava-se numa sala do Palacete Santa Helena. Entretanto, com o aumento das adesões, a sede mudou-se para um casarão na Rua da Liberdade. Com um espaço mais amplo, havia salas da presidência, da secretaria, da tesouraria, de reuniões, entre outros. Além disso, ofereciam os seguintes serviços à população: salão de beleza, barbeiro, bar, local para jogos, dentistas e alistamento eleitoral (DOMINGUES, 2016, p. 337).

Em junho de 1978, surgiu outro movimento relevante que lutava pela causa negra. Trata-se do Movimento Negro Unificado (MNU). Este movimento, entre outras pautas, tinha como objetivo combater o racismo. E, logo no mês seguinte, o MNU convocou a população para um ato público contra o racismo, como podemos ver nos dois parágrafos introdutórios do documento:

Nós, Entidades Negras, reunidas no Centro de Cultura e Arte Negra no dia 18 de junho, resolvemos criar um Movimento no sentido de defender a Comunidade Afro-Brasileira contra a secular exploração racial e desrespeito humano a que a Comunidade é submetida.

Não podemos mais calar. A discriminação racial é um fato marcante na sociedade brasileira, que barra o desenvolvimento da Comunidade Afro-Brasileira, destrói a alma do homem negro e sua capacidade de realização. (GONZALEZ E HASENBALG, 1982, p. 43)

De acordo com Gonzalez e Hasenbalg (1982), percebe-se a consciência racial da população oprimida como podemos constatar nas últimas linhas do documento:

Não podemos mais aceitar as condições em que vive o homem negro, sendo discriminado da vida social do país, vivendo no desemprego, subemprego e nas favelas. Não podemos mais consentir que o negro sofra as perseguições constantes da polícia, sem dar resposta.

TODOS AO ATO PÚBLICO CONTRA O RACISMO
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

³ De acordo com Domingues (2016), a Frente Negra Brasileira (FNB) foi uma associação que existiu de 1931 a 1937 e mobilizou milhares de negros e negras a lutarem por seus direitos. Abandonados pelo sistema político tradicional e acumulando a experiência de décadas em suas associações, um grupo de “homens de cor” fundou a FNB no dia 16 de setembro de 1931.

CONTRA A OPRESSÃO POLICIAL
PELO FORTALECIMENTO E UNIÃO DAS ENTIDADES AFRO-
BRASILEIRAS (GONZALEZ E HASENBALG, 1982, p. 44)

O trecho nos mostra, claramente, a indignação do Movimento Negro Unificado (MNU) contra a discriminação e a opressão que a população negra estava sujeita. Os autores Gonzalez e Hasenbalg (1982, p. 15), com base na teoria do “lugar natural” de Aristóteles, fazem uma reinterpretação dessa situação:

Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca e existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominados e dominadores. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados, conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (GONZALEZ E HASENBALG, 1982, p. 15)

De acordo com os autores, o MNU tornou-se uma entidade que simbolizava resistência diante das condições precárias que as pessoas negras enfrentavam na sociedade pós-abolição. Desta forma, buscavam por meio de suas manifestações a valorização da história e da cultura negra, historicamente, menosprezada e vista como inferior do ponto de vista daqueles que enalteciam o que era europeu e não eram empáticos com a atual situação da população negra.

A Lei 10.639/2003

No que se refere ao ambiente escolar, as reivindicações e as propostas do Movimento Negro, ao longo do século XX, foram significativas para a reconstrução, a inclusão e a valorização da história e da cultura afro-brasileira e africana. A criação da Lei 10.639/2003, sancionada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, torna-se um exemplo dessa luta, pois ela obriga as escolas públicas e particulares a adotarem nos seus currículos o ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiras, como podemos observar:

Este parecer visa a atender os propósitos expressos na indicação CNE/CP 6/2002, bem como regulamentar a alteração trazida à Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros. (BRASIL, 2004, p. 9)

No excerto acima, podemos perceber que houve uma alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, justamente, para favorecer àqueles que também contribuíram para a formação da nação brasileira e que por muito tempo ficaram à margem da história. O parecer da Lei 10.639/03 destinava-se:

Aos administradores dos sistemas de ensino, de mantenedoras de estabelecimentos de ensino, aos estabelecimentos de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. [...] às famílias dos estudantes, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros, para nele buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática. (BRASIL, 2004, p. 10)

Desta forma, a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) estabelecia que o Estado e a sociedade tomassem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista.

De acordo com a referida lei, o reconhecimento da história e da cultura da população negra para a sociedade brasileira, entre outros pontos, implica:

Justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; [...] valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. (BRASIL, 2004, p. 11-12)

Sendo assim, caberia aos sistemas de ensino seu importante papel para a desconstrução e eliminação de todos os tipos de discriminações contra a população negra, contribuindo positivamente para construção e afirmação de sua identidade na sociedade brasileira, pois “o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade”

perpassam por esse ambiente que deve ser plural dada a diversidade cultural (BRASIL, 2004, p. 14).

A autora: Conceição Evaristo

Maria da Conceição Evaristo de Brito ou, simplesmente, Conceição Evaristo, como é conhecida, ela nasceu na favela Pendura Saia, em Belo Horizonte (Minas Gerais), no dia 29 de novembro de 1946. Graduiu-se em Letras pela UFRJ, fez mestrado em Literatura Brasileira pela PUC do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (2011). Sua estreia na literatura aconteceu em 1990 com a publicação de seis poemas na série *Cadernos Negros*. Entre suas principais obras estão *PonciáVicêncio* (2003), *Becos da memória* (2005), *Poemas de recordação e outros movimentos* (2008), *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011) e *Olhos d'Água*, publicado pela primeira vez em 2014.

A respeito de sua forma de escrita, em entrevista ao jornalista Luis Nassif, do jornal GGN (Grupo Gente Nova), a escritora declara: “Eu sempre tenho dito que a minha condição de mulher negra marca a minha escrita, de forma consciente inclusive. Faço opção por esses temas, por escrever dessa forma. Isso me marca como cidadã e me marca como escritora também”. Sobre essa forma de escrita, Conceição Evaristo chama de “escrevivência”, na qual ela define na referida entrevista como “escrita da vivência da mulher negra na sociedade brasileira”. Desta forma, pode-se dizer que a escrita de Conceição Evaristo pertence à Literatura Afro-Brasileira. E, por esse tipo de literatura, Lobo (*apud* DUARTE, p. 377, 2011) explica que trata-se de uma “Produção literária [...] desenvolvida por um autor negro ou mulato que escreve sobre sua raça dentro do significado do que é ser negro, da cor negra, de forma assumida, discutindo os problemas que a concernem: religião, sociedade, racismo”.

“Lumbiá”

Pela perspectiva do narrador, o conto narra a história de um menino que trabalha nas ruas, juntamente com sua irmã Beba e seu colega Gunga, vendendo flores, amendoins e chicletes para ajudar no sustento de sua família. Dos três produtos, o personagem preferia vender flores. Para obter sucesso nas vendas, o menino inventava truques como, por exemplo, chorar copiosamente. Entretanto, nesses choros, sempre tinha um fundo de verdade. Havia uma data significativa para ele: o Natal. Ele gostava de apreciar o presépio com a imagem de Jesus Cristo e seus pais. Pois, a família e a pobreza do menino Jesus assemelhavam-se à sua. Porém menos na cor, ou seja, aquele menino, deitado na

manjedoura, não era negro. A empatia de *Lumbiá* pela imagem do menino Jesus, levou-o à morte. Ao entrar furtivamente em um local onde havia uma exposição de um presépio e levar consigo a imagem do Menino Jesus, *Lumbiá*, perseguido pelo segurança ao atravessar a rua, foi atropelado e não resistiu aos ferimentos.

O conto narrado em terceira pessoa, no início, chama à atenção do leitor por dois motivos: os nomes incomuns dados aos personagens (*Lumbiá*, Beba e Gunga) e a imagem de crianças trabalhando nas ruas, como podemos constatar:

Lumbiá trocou rapidamente a lata de amendoim pela caixa de chicletes com sua irmã Beba. Fazia um bom tempo que estava andando para lá e para cá, e não havia conseguido vender nada. Quem sabe teria mais sorte se oferecesse chicletes? E, se não desse certo também, procuraria o colega Gunga. Juntos poderiam vender flores. (EVARISTO, 2016, p. 81)

Neste fragmento, Conceição Evaristo apresenta a realidade de muitas famílias negras brasileiras, ou seja, crianças que precisam abandonar a escola para auxiliar no sustento da família. Percebe-se também a falta de estrutura familiar do menino negro, que na ausência do pai, pois este não é mencionado em nenhum momento do conto, assume essa responsabilidade. E, para tanto, sai às ruas para vender amendoins, chicletes e flores. Essa realidade apontada anteriormente por Albuquerque e Filho (2016, p. 65) atravessa séculos, pois desde o tráfico negreiro a população negra sofre com esse tipo de desorganização familiar. Ainda segundo os autores, no Brasil escravocrata, muitos negros trabalhavam como vendedores ambulantes para os seus senhores. Séculos depois, Conceição Evaristo, por meio da sua “escrivência”, nos apresenta o personagem *Lumbiá* exercendo o mesmo tipo de atividade. Isso comprova o quanto a ausência de políticas públicas, desde o período pós-escravidão, contribui negativamente para a ascensão da população negra até os dias atuais.

A narrativa, por meio do olhar atento de Conceição Evaristo, mostra-nos os impactos da desigualdade social. Enquanto os filhos daqueles que detêm o poder ocupam seu tempo com escola, cursos e esportes, *Lumbiá* recorre a truques que misturam ficção e realidade para vender seus produtos, por isso “ora contava sobre a surra que havia levado da mãe, ora sobre a mercadoria que estava ficando encalhada, ou, ainda, sobre o dinheiro, fruto de seu trabalho, que tinha sido tomado por um menino maior” (EVARISTO, 2016, p. 65). Assim como no passado as pessoas escravizadas eram punidas caso não vendessem os produtos dos seus senhores, como foi apontado por Albuquerque e Filho (2016, p. 65), *Lumbiá* também sofria punição da mãe caso não levasse dinheiro para casa.

Entretanto, o sofrimento do menino amenizava-se quando o período natalino se aproximava. Sabe-se que nesta data costuma-se reunir a família. Mas, no caso do personagem, que possuía uma família desestruturada, pobre e sem a representatividade da

figura do pai, tornava-se impossível tal acontecimento. Por isso, o único símbolo do Natal que fascinava o menino era o presépio com a imagem do Menino Jesus:

Todos os anos, desde pequeno, em suas andanças pela cidade com a mãe e mais tarde sozinho, buscava de loja em loja, de igreja em igreja, a cena natalina. Gostava da família, da pobreza de todos, parecia a sua. Da imagem-mulher que era a mãe, da imagem-pai que era o pai. A casinha simples e a caminha de palha do Deus-menino, pobre; só faltava ser negro como ele. Lumbiá ficava extasiado olhando o presépio, buscando e encontrando o Deus-menino. (EVARISTO, 2016, p. 84 – grifos nossos).

No fragmento, verificamos o motivo pelo qual a cena natalina tornou-se algo importante para o personagem. A pobreza da família do Menino Jesus representada no presépio assemelhava-se à família de *Lumbiá*. Entretanto, havia algo que incomodava o personagem, o fato daquele menino não ser negro. Desta forma, Conceição Evaristo nos mostra o problema da ausência de representatividade negra. Como foi dito anteriormente por Mbembe (2014, p. 26-28), o Ocidente ao constituir-se como o espelho da civilização eliminou todas as representações dos povos não-brancos. Desta forma, a identificação de *Lumbiá* com o menino Deus torna-se parcial, ou seja, semelhante na pobreza, mas diferente na cor da pele. Essa cor, que desde o continente africano, conforme apontou M'Bow (2010, p. 21-22) ficou marcada por estereótipos raciais devido a colonização, o tráfico negreiro e as teorias racistas.

Outro fato curioso apontado na narrativa de Conceição Evaristo diz respeito na forma como o rei negro é posicionado na cena natalina: “Os Reis Magos, os dois brancos, caminhavam um pouco abaixo da estrela-guia. O *Rei Negro*, aquele que parecia com o tio de *Lumbiá*, caminhava *sozinho* um pouco atrás, mas com passo de quem tinha a certeza de quem iria chegar” (EVARISTO, 2016, p. 84 – grifos nossos). Neste fragmento, o rei Baltasar – que é negro – não caminha junto dos outros reis que são brancos. Ele também não está à frente dos demais. Ele caminha *sozinho* em direção ao presépio *um pouco atrás* dos outros reis que são brancos. Esta posição na qual o rei negro foi submetido simboliza, conforme apontado por Gonzalez e Hasenbalg (1982, p. 15), o lugar do negro na sociedade. *Lumbiá* também ocupa esse lugar. Ele é negro e mora no subúrbio.

Na narrativa, o personagem não questiona a posição do rei Baltasar em relação aos outros reis – neste caso, podemos inferir o quanto a falta de consciência histórica torna-se um agravante não somente para os negros, mas também para a sociedade como um todo. Entretanto, a imagem de Baltasar é representativa para *Lumbiá*, ele enxerga o tio na figura do rei negro. Essa semelhança faz com que o menino negro reserve flores para oferecer ao rei caso consiga entrar na loja onde estava o presépio, como podemos constatar: “Tinha flores nas mãos, rosas amarelas. Havia combinado com o amigo que venderiam flores, mas aquelas ele daria para o Menino Jesus e também *poria algumas nas mãos do Rei Baltasar*”

(EVARISTO, 2016, p. 85 – grifos nossos). No conto, percebe-se que em nenhum momento, o personagem deseja oferecer flores aos reis brancos. Ele escolhe aquele que se assemelha ao seu tio negro. Neste sentido, podemos constatar a importância da representatividade negra.

No decorrer da narrativa, o leitor acompanha todas as tentativas do menino negro no desejo de ver o presépio de perto, como podemos constatar: "Tinha feito várias tentativas de entrar no Casarão, o vigilante vinha e o enxotava" (EVARISTO, 2016, p. 85). Aos olhos do vigilante, o mesmo olhar da sociedade racista, o menino negro representa o perigo. De acordo com o que foi posto por Schwarcz e Starling (2015, p. 145-146), "a cor se tornou um marcador social fundamental". Negro e sem a companhia dos pais, *Lumbiá* tornou-se o Outro, o indesejado. A este respeito, Stuart Hall (2016), pontua que "*a estereotipagem tende a ocorrer onde existem enormes desigualdades de poder*. Este geralmente é dirigido contra um grupo subordinado ou excluído" (HALL, 2016, p. 192 – grifo do autor).

Diante da opressão e da rejeição, uma luta enfrentada pelos negros para a afirmação de sua identidade enquanto sujeitos na sociedade, *Lumbiá* resiste. A resistência, a coragem e a persistência do pobre menino quebraram as barreiras que o impediam de ver a cena natalina, como podemos observar: "Em um dado momento aproximou-se devagar. Ninguém na porta. Mordeu os lábios, pisou leve e, apressado, entrou" (EVARISTO, 2016, p. 85). Conceição Evaristo nos mostra a dificuldade de ser negro na sociedade brasileira. *Lumbiá* precisa do descuido do vigilante para apreciar o que também lhe é de direito, mas é negado. Conforme apontado por Hall (2003, p. 69-70), as características visíveis do negro legitimam sua exclusão social. E, contra esses processos de exclusão postulados desde a colonização e a escravidão, surgem os movimentos negros na luta incansável por políticas de inclusão e visibilidade da população negra como apontou Gonzalez e Hasenbalg (1982, p. 43).

No fragmento seguinte, Conceição Evaristo leva-nos a refletir sobre o conceito de raça pontuado por Moreira (2019, p. 44) quando ele afirma que "raça é uma representação cultural que estrutura relações de poder dentro de uma sociedade". A descrição do menino Jesus ao fundir-se com a realidade do personagem mostra o quanto essa relação de poder marca a sua condição econômica e social, como podemos constatar:

Lá estava o Deus-menino de braços abertos. Nu, pobre, vazio e friorento como ele. Nem as luzes da loja, nem as falsas estrelas conseguiam esconder a sua pobreza e solidão. *Lumbiá* olhava. De braços abertos, o Deus-menino pedia por ele. Erê queria sair dali. Estava nu, sentia frio. *Lumbiá* tocou na imagem, à sua semelhança. Deus-menino, Deus-menino! Tomou-a rapidamente em seus braços. Chorava e ria. Era seu. Saiu da loja levando o Deus-menino. (EVARISTO, 2016, p. 85 – grifos nossos).

No fragmento percebemos o significado de ser negro na sociedade brasileira apontado por Conceição Evaristo. Em um país no qual a maior concentração de renda está nas mãos de uma minoria branca, elitista e racista, ser negro torna-se sinônimo de resistência. Por isso, os espaços públicos e privados precisam ser ocupados por pessoas negras para que “Lumbiás” olhem para as instituições e se veem como sujeitos pertencentes, não excluídos. Neste caso, como foi dito anteriormente, a Lei 10.639/2003 cumpre um papel fundamental à medida que leva à sociedade a importância de conhecer a história e a cultura afro-brasileira e africana como parte da construção da nação brasileira. Desta forma, teremos uma sociedade menos opressora, preconceituosa e racista.

Considerações Finais

Podemos perceber que discorrer sobre a representatividade negra requer uma visitação ao passado. Pois retornando a ele compreendemos como foi construída a imagem do negro ao longo da história. E, para isso, foi necessário conhecermos os conceitos de raça para entendermos como as sociedades ditas superiores – neste caso, as ocidentais – subjugaron outras. Constatamos que o mito da superioridade racial foi fundamental para que a colonização e a escravidão fossem naturalizadas. E, que os conhecimentos científicos desse período, com suas teorias racistas, contribuíram para a redução, a humilhação e a desumanização do negro. Neste sentido, podemos perceber o motivo pelo qual o negro viu-se obrigado a assimilar os valores culturais do branco (vestimenta, alimentação, língua, entre outros) para tornar-se um cidadão. E, essa crise de identidade fez com que o negro negasse a si mesmo. Entretanto, a assimilação não foi suficiente pois a sociedade branca insistia em rejeitá-lo. Então, decidido a abandonar a assimilação do branco, o negro buscou outras estratégias para se inserir na sociedade. Então, assumir sua negritude, ou seja, reconquistar tudo aquilo que foi rejeitado por ele – sua identidade cultural –, certamente seria o caminho viável e correto. No conto *Lumbiá*, para entendermos a realidade do personagem, a autora Conceição Evaristo nos levou a buscar os fatos que contribuíram para tal situação. Constatamos que a história e a cultura do negro, durante muitos séculos, foram apagadas e silenciadas. E, isso teve como propósito elevar a superioridade racial do hemisfério ocidental em detrimento das sociedades não-brancas. Isto explica a ausência da representatividade negra nos diversos espaços ocupando cargos elevados. Portanto, é de suma importância que a Lei 10.639/2003 seja aplicada nas escolas não somente nas datas comemorativas, e a mídia – que exerce grande influência na sociedade – precisa fortalecer a imagem do negro. Pois, desconstruir a imagem estereotipada e estigmatizada do negro tornou-se urgente e necessária, visto que todas as teorias racistas já foram refutadas.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, 2004.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese de doutorado em Filosofia da Educação. São Paulo: USP.

CHRISTIAN, M. Conexões da diáspora africana: uma resposta aos críticos da afrocentricidade. In: NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

DOMINGUES, Petrônio. **Um “TEMPLO DE LUZ”**: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. (Orgs.) Fonseca e Aaronovich. In: História da educação dos negros no Brasil. Niterói: EdUFF, 2016.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Minas Gerais:UFMG, 2011.

EVARISTO, Conceição. Lumbiá. **Olhos d'Água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016, p. 81-86.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Silva e Guacira Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **Cultura e representação**. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

_____. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Trad. Adelaide Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

M'BOW, M. A. M. **História Geral da África**: Metodologia e pré-história da África. vol. I. 2ed. Brasília: UNESCO, 2010.

MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra**. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

MOORE, Carlos. **O Marxismo e a questão racial**: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão. Uberlândia: Cenafro, 2010.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2009.

NASSIF, Luis. *A vida e obra de Conceição Evaristo*. *Cultura*. GGN – O Jornal de todos os Brasis. 11-07-2016. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/a-vida-e-a-obra-de-conceicao-evaristo>. Acesso: 02 set. 2019.

OLIVEIRA, V. R. **Desmistificando a pesquisa científica**. Belém: EDUFPA, 2008.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.